

A cidade das damas no campo movediço da literatura comparada e dos estudos feministas

Andrea Quilian de Vargas

Rosani Ketzer Umbach

Submetido em 14 de dezembro de 2014.

Aceito para publicação em 27 de novembro de 2015.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 51, dezembro de 2015. p. 203-220

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Segunda-feira, 18 de janeiro de 2016

23:59:59

A CIDADE DAS DAMAS NO CAMPO MOVEDIÇÃO DA LITERATURA COMPARADA E DOS ESTUDOS FEMINISTAS

A CIDADE DAS DAMAS IN THE SLIPPERY FIELD OF COMPARATIVE LITERATURE AND FEMINIST STUDIES

Andrea Quilian de Vargas*
Rosani Ketzer Umbach**

Resumo: Os estudos feministas representaram uma novidade significativa no campo acadêmico, configurando-se como uma tendência teórica de forte potencial crítico que deslocou o foco das investigações para a cultura subalterna. Dessa forma, desestabilizou a legitimidade cultural androcêntrica, incitando à desconstrução dos estereótipos relacionados à mulher. Sob uma perspectiva que prioriza a literatura comparada e suas relações com outras esferas do conhecimento, analisaremos a obra de Christine de Pizan, escritora do século XV que subverteu os costumes de seu tempo tornando-se a primeira mulher francesa a viver de literatura. Com vistas à teoria feminista de Elaine Showalter, a qual considera o aspecto cultural um fator decisivo para a produção literária feminina, adentraremos o território selvagem de Pizan, *A cidade das damas*.

Palavras-chave: comparatismo; feminismo; Pizan.

ABSTRACT: Feminist studies represented a significant novelty in the academic field setting itself up as a theoretical trend with a strong critical potential which changed the investigative focus to a subaltern culture. Due to this, it undermined the cultural androcentric legitimacy urging the deconstruction of stereotypes related to women. The work of Christine de Pizan will be analyzed taking into consideration a perspective which gives priority to the comparative literature and its connections with other fields of knowledge. Pizan was a fifteenth-century writer who subverted the conventions of her time becoming the first French woman to work as a professional writer. Regarding the feminist theory of Elaine Showalter, who considers the cultural aspect a decisive element for feminine literary production, we will enter into *A Cidade das Damas*, a novel that she regards as the wild territory of Pizan.

KEYWORDS: comparatism; feminism; Pizan.

1 Das generalidades do método comparatista

O ato de comparar compõe a intrincada atividade cognitiva dos seres humanos, inerente ao processo de construção do conhecimento em diferentes áreas. Comparamos para descobrir regularidades, perceber deslocamentos, constatar transformações, construir modelos, identificar continuidades e rupturas, ou simplesmente para apontar

*Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutoranda em Estudos Literários na mesma instituição, na Linha de pesquisa Literatura, Comparatismo e Crítica social, andrea.quilian@hotmail.com.

**Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora pela Feie Universität Berlin, Alemanha, Coordenadora da Linha de pesquisa Literatura, Comparatismo e Crítica social, rosani.umbach@ufsm.br.

semelhanças e diferenças entre seres ou coisas. Posnett afirma que “o método comparativo de adquirir ou comunicar conhecimento é, num certo sentido, tão antigo quanto o pensamento, e, em outro, a glória peculiar do [...] século XIX” (POSNETT, 1994, p. 15). Para Tania Franco Carvalhal, “comparar é um procedimento que faz parte da estrutura de pensamento do homem e da organização da cultura. Por isso, valer-se da comparação é hábito generalizado em diferentes áreas do saber humano e mesmo na linguagem corrente” (CARVALHAL, 1986, p. 6).

No campo da educação, segundo o filósofo e pedagogo Dermeval Saviani,

os estudos de educação comparada remontam ao início do século XIX. Admite-se, como marco inicial desses estudos, a obra de Marc-Antoine Julien¹, *Esboço e considerações preliminares de uma obra sobre a educação comparada*, publicada em 1817. Sabe-se também que por essa época a motivação para os estudos comparados vinha do interesse em se comparar sistemas educacionais quando os Estados nacionais, que então se organizavam, se empenhavam, ao mesmo tempo, em organizar também os respectivos sistemas nacionais de ensino. A partir daí, independentemente da situação específica das nações emergentes, tendeu-se a generalizar o recurso à comparação visando a aprender com a experiência dos outros (SAVIANI, 2001, p. 7).

Depreende-se, portanto, que o surgimento dos estudos comparados no âmbito da literatura estava intimamente relacionado a uma corrente de pensamento generalizada no século XIX, época em que, segundo Carvalhal (1986, p. 8), comparar estruturas ou fenômenos análogos, com a finalidade de extrair leis gerais, foi dominante nas ciências naturais. Simon Jeune, em seu ensaio “Literatura geral e literatura comparada” (1994), ratifica a assertiva de Carvalhal ao asseverar que a expressão “literatura comparada” nasce por volta de 1830, sob influência das ciências; falava-se muito, então, em anatomia e zoologia comparada. A transferência da comparação para os estudos literários – a predisposição à aproximação, à busca pela conformidade, às relações entre diferentes textos – acontece, portanto, por uma espécie de contágio, intimamente relacionado a um contexto bem mais abrangente.

Sobre as pesquisas de cunho comparatista existentes na época dos antigos, Joseph Texte observa, no ensaio “Os estudos de literatura comparada no estrangeiro e na França”, a ausência de uma postura metodológica rigorosa quando se comparava, por exemplo, Homero a Vergílio, Demóstenes a Cícero, Menandro a Terêncio. A essa ausência de rigor metodológico, Texte atribui as seguintes razões: “o pequeno número de literaturas conhecidas pelos antigos [...]; a ausência do ponto de vista crítico e histórico no estudo destas literaturas; a estreita dependência da literatura romana com relação à grega” (TEXTE, 1994, p. 27). Além disso, a ideia de superioridade da cultura helênica dissipava qualquer curiosidade com relação a outras manifestações consideradas bárbaras ou exóticas. Desse modo, assevera Texte,

a crítica comparativa das obras de arte só pode datar da Idade Moderna. “Foi o Renascimento latino, seguido pouco depois do Renascimento grego, que estabeleceu as fundações para o método comparativo no espírito da Europa.” Pois é entre o primeiro e o segundo renascimento das letras que as nacionalidades se constituem na Europa como grupos distintos, nitidamente separados pela origem étnica, pelas instituições e pela raça. Esta transformação do estado político da Europa é de primeira importância para a concepção da

¹ Pesquisador francês nascido no final do século XVIII, considerado o “pai da educação comparada”.

história literária que, de universal que era ou deveria ter sido, na Idade Média tornava-se ou ia tornar-se antes de tudo nacional. Esta unidade relativa do pensamento, que haviam imposto na Idade Média a comunidade religiosa, o uso universal da língua latina, [...] rompe-se, portanto, para dar lugar à diversidade das raças, dos governos, e dos idiomas (TEXTE, 1994, p. 28-29).

Com a consolidação dos Estados Nacionais na Europa, cada uma das nações passou a se preocupar em determinar seu próprio espaço e sua linguagem característica, propósito esse que deu origem às literaturas nacionais, passíveis, então, de estudos críticos e comparatistas, marcados por complexos desdobramentos de questões culturais e identitárias. É nesse contexto que surge o termo “literatura comparada”, cujos propósitos estavam atrelados às discussões sobre fronteira, cultura e identidade nacional.

Entretanto, a hegemonia cultural exercida pela França manteve aquele país fechado em si mesmo, completamente indiferente às línguas e literaturas vizinhas. Utilizando-se de métodos rigorosamente historicistas, sob a rubrica positivista, a escola francesa priorizava a análise de estratos literários provenientes de culturas nacionais e línguas distintas, com ênfase nos estudos das fontes e influências. Não obstante os estudos de literatura comparada tenham proliferado com maior fôlego em território francês, é a Alemanha, segundo Texte, sua pátria. Isso se deu justamente em função da tentativa dos germânicos de libertarem-se do domínio cultural dos franceses. “Lessing, Herder, Schiller, Tieck, os dois Schlegel, tais são seus verdadeiros fundadores. A luta contra a influência francesa e a substituição desta influência pelos modelos ingleses, tais foram as duas forças” (TEXTE, 1994, p. 31).

Era preciso conhecer, estudar o estrangeiro invasor (a literatura francesa) para poder combatê-lo e substituí-lo por algo novo. Como consequência disso,

assistia-se ao nascimento simultâneo da crítica moderna e de uma das maiores literaturas de nosso tempo. Não era mais esta comparação das obras nacionais com as estrangeiras um simples passatempo de eruditos ou de curiosos. Era a própria luta pela independência do pensamento nacional (TEXTE, 1994, p. 31).

De qualquer maneira, o vanguardismo da França foi determinante para o estabelecimento dos estudos comparados como princípio epistemológico junto às universidades, elevando-os à categoria de disciplina. Segundo Simon Jeune (1994, p. 239), foi lá que a literatura comparada primeiramente se constituiu como disciplina de ensino, sendo que a primeira cátedra com esse título surgiu em Lyon, em 1896, criada por Joseph Texte, seguida por outra na Sorbonne, em 1910, onde atuaram grandes comparatistas, como Fernand Baldensperger, J. M. Carré e o próprio Texte.

É inegável o fato de a França ter-se mostrado solo fértil para os estudos comparatistas em literatura, sendo responsável por uma robusta produção, divulgada em publicações como *Revue de Littérature Comparée* e *Bibliothèque de La Revue de Littérature Comparée* (FRIEDERICH, 1994, p. 261 *apud* VOLOBUEF, 1999, p. 18). Segundo Volobuef, o interesse da França em divulgar esses trabalhos deveu-se, em parte, ao vigoroso prestígio de sua literatura, a qual atraía olhares do mundo inteiro.

Nos primórdios do século XIX, a escritora francesa Madame de Staël desempenhara um papel decisivo no sentido de uma ampliação do reconhecimento das literaturas estrangeiras, vislumbradas a partir de uma perspectiva epistemológica comparatista. Segundo Jeune,

[s]eu grande livro *De l'Allemagne*, publicado em 1810, mas confiscado por Napoleão e difundido unicamente em 1813, pode ser considerado como uma das primeiras obras comparativistas por sua preocupação em apresentar a mentalidade alemã [...] e a literatura alemã em paralelo não apenas explícito, mas também implícito, com a França. É nesta obra que encontramos um belo elogio à influência intelectual do estrangeiro: “as nações devem servir umas às outras e todas se enganam ao se privarem das luzes que podem mutuamente se oferecer. [...] faz-se bem, em qualquer país, em acolher os pensamentos estrangeiros, pois desta maneira a hospitalidade faz a fortuna de quem recebe” (JEUNE, 1994, p. 222-223).

Esse cosmopolitismo otimista de Staël relaciona-se a dois fatores fundamentais: a originalidade de cada povo e o benefício da influência estrangeira, os quais foram, para Simon Jeune, fundadores da Literatura Comparada. A nova crítica difundida na França por Madame de Staël produziu dois resultados opostos: de um lado, o despertar da consciência coletiva com o intuito de definir obras de fato autóctones; de outro, um abrandamento das fronteiras, um diálogo com os povos vizinhos. Desse modo, esses dois elementos contribuíram para o nascimento de uma literatura internacional, ou, ao menos, europeia (TEXTE, 1994, p. 33).

Já no contexto soviético, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1960, Victor Zhirmunsky é uma das figuras de destaque nos estudos comparatistas. Segundo Tania Carvalhal, o historiador literário russo adotou como princípio básico de seus estudos

a compreensão da literatura como produto da sociedade. [Os soviéticos] preocupam-se, sobretudo, em distinguir analogias tipológicas e importações culturais (outra forma de designar as influências), que correspondem sempre a situações similares na evolução social (CARVALHAL, 1986, p. 15-16).

De acordo com Zhirmunsky,

o estudo comparativo da literatura pressupõe, como princípio básico, a noção de unidade e regularidade na evolução social da humanidade em geral. Semelhanças no domínio das ideias, entre povos em estágios de desenvolvimento histórico semelhantes, são baseadas nos paralelismos de sua organização social – paralelismos que podem ser traçados mesmo entre os povos da Europa Ocidental e da Ásia Central durante o período feudal. Analogias tipológicas, ou convergências do mesmo tipo entre literaturas de povos distantes, sem contacto direto entre si, são muito mais comuns do que geralmente se supõe (ZHIRMUNSKY, 1994, p. 200).

Em outros termos, diferentes comunidades em condições históricas semelhantes produzem manifestações literárias aparentadas, mesmo na ausência de contato entre elas. Zhirmunsky extraiu tais conclusões de suas pesquisas sobre folclore e literatura medieval clássica das nações iranianas, árabes e turcas do Oriente Próximo e do Oriente Médio, comparadas com o Ocidente germânico, românico e eslavo.

René Etiemble, retomando a escola francesa dos estudos comparatistas em seu instigante ensaio “Crise da Literatura Comparada” (1994), e declarando-se, já nas primeiras linhas, “contra todo chauvinismo” (1994, p. 191), acusa Marius-François Guyard, professor da Faculdade de Estrasburgo, de ter proposto um quadro de Literatura Comparada em que a França configurar-se-ia como uma espécie de núcleo de toda produção cultural, sendo que todas as demais literaturas seriam enfocadas sob o prisma francês. Ratificando o posicionamento de Etiemble, Simon Jeune (1994) pontua que os

estudos de Literatura Comparada, em sua fase incipiente, testemunhavam uma forte inclinação à comparação das diferentes literaturas com a França.

Mas, à medida que os estudos de literatura estrangeira vão se fechando cada qual em seu domínio linguístico especial, que vão aparecendo especialistas do inglês, alemão ou espanhol, a Literatura Comparada assumirá, por sua vez, uma fisionomia mais distinta, mais precisa, mais rigorosa, e se definirá como o estudo das relações literárias e intelectuais internacionais (JEUNE, 1994, p. 224).

Nessa mesma linha, René Wellek desempenhou um importante papel no processo de descentralização francês nos estudos comparados, inaugurando o que se denominou “escola americana” de Literatura Comparada. A proposta do crítico norte-americano era despir a Literatura Comparada das amarras historicistas, positivistas e nacionalistas da escola francesa, dando lugar a uma crítica vinculada ao formalismo, ao estruturalismo e ao *New Criticism*, que abrangesse obras dentro de uma mesma literatura nacional (postura recusada pela doutrina clássica francesa), com critérios de valor pautados na literariedade, ou seja, com ênfase nos elementos puramente textuais. Segundo Wellek (1994), era necessário distinguir o estudo da literatura do estudo das ideias ou de conceitos religiosos e políticos que distorciam o real interesse na obra de arte. O progresso na área dos estudos literários somente seria possível, segundo ele, quando os fenômenos literários fossem estudados como um objeto distinto das demais atividades humanas. Sobre isso, entretanto, assim discorre o pesquisador Anselmo Peres Alós:

[s]e por um lado a “escola americana” sinaliza um avanço e uma ampliação dos interesses comparatistas, possibilitando abordagens desvinculadas de preceitos de ordem transcendental e da crítica impressionista, por outro ela desvalorizou um importante aspecto: o do estudo dos vínculos entre a literatura e a cultura, a política e a história das ideias. Nas correntes contemporâneas do comparatismo, contudo, são valorizadas as análises que privilegiam simultaneamente tanto os aspectos formais quanto a interação do texto literário com outros elementos da “série social” (ALÓS, 2012, s.p. grifos do autor).

Nesse posicionamento, a definição de Literatura Comparada apresentada por Henry Remak se encaixa perfeitamente. Defensor da pluralidade de métodos e correntes críticas, bem como da interdisciplinaridade nos estudos comparatistas, Remak assevera que a literatura comparada é um estudo que extrapola as fronteiras nacionais, amalgamando distintas áreas do conhecimento e da crença, como a pintura, a escultura, a arquitetura, a música, a filosofia, a história, as ciências sociais, a religião, a política (REMAK, 1994, p. 175). Em suma, é a comparação de diferentes literaturas com outras esferas da expressão humana. O pensamento de Joseph Texte, para quem nenhuma literatura sobrevive isolada das nações e literaturas vizinhas, as quais a influenciam, transformam e enriquecem (TEXTE, 1994, p. 35), pode também ser retomado aqui.

2 Literatura comparada e feminismo: o resgate do sujeito subalterno

A partir do momento em que rupturas decorrentes da descentralização da cultura abalam as certezas até então estabelecidas e desviam o olhar de um suposto “centro” cultural para o periférico, a análise de determinadas práticas culturais menos expressivas adquire força, também, no movediço campo da Literatura Comparada. Sob essa perspectiva, os estudos culturais provocaram importantes transformações no âmbito da pesquisa literária, deslocando o foco das investigações para a cultura popular e subalterna, descentralizando, dessa forma, a legitimidade cultural institucionalizada.

Gianni Vattimo, em *A sociedade transparente* (1989, p. 11-15), observa que a modernidade acabou no momento em que, por intermédio dos *mass media*, a comunicação generalizada se estabeleceu e já não era mais possível falar em uma história unitária que desse conta da abrangência de todos os segmentos sociais e culturais; também quando se concluiu que a história como curso unificado era produzida por grupos e classes dominantes, como afirmava Walter Benjamin em *Teses sobre a Filosofia da História*, de 1938. Em uma sociedade “pós-moderna”, nos termos de Vattimo, as certezas cedem espaço às oscilações, à pluralidade, ao fim das grandes narrativas. É nesse contexto de rupturas e descentralizações que o pensamento feminista surge como novidade no campo acadêmico e impõe-se como tendência teórica de forte potencial crítico e político (HOLLANDA, 1994, p. 7). A presença da voz feminina é um dos traços mais expressivos da cultura pós-moderna, como aponta Edward Said, interpretado por Hollanda, que acredita que

os estudos feministas, assim como os estudos étnicos ou antiimperialistas, promovem um deslocamento radical da perspectiva ao assumirem como ponto de partida de suas análises o direito dos grupos marginalizados de falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais que normalmente os excluem, usurpam suas funções de significação e representação e falseiam suas realidades históricas (HOLLANDA, 1994, p. 8).

Na introdução de *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Hollanda (1994, p. 8) aponta que a crítica da cultura feminista adquire importância num contexto bastante específico, a década de 1970, período em que se cristalizam os debates em torno da questão da alteridade, cujo foco das discussões eram os movimentos anticoloniais, étnicos, de mulheres, de homossexuais e ecológicos. Em meio a esse emaranhado de discussões marcadas por forte desconfiança em relação aos discursos totalizantes,

o pensamento feminista de ponta é marcado pela exigência de uma abordagem teórica e metodológica em que a questão da mulher, como todas as questões de sentido, seja, de forma sistemática, particularizada, especificada e localizada historicamente, opondo-se a toda e qualquer perspectiva essencialista ou ontológica (HOLLANDA, 1994, p. 9).

Em um artigo intitulado “A crítica feminista no território selvagem”, publicado pela primeira vez em 1981, a professora estadunidense Elaine Showalter esclarece que a obsessão feminista em atacar a crítica masculina era um fator que retardava o amadurecimento de uma teoria com ênfase na produção das mulheres. Segundo Showalter, era preciso encontrar o próprio assunto, argumentar a partir das próprias premissas, definir o feminino através de uma “ginocrítica”, independente da rubrica masculina. Para a pesquisadora, a partir dos anos 1970 a crítica mudou gradualmente seu foco das leituras revisionistas para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres (SHOWALTER, 1994, p. 31), sendo que, em diferentes países, a crítica

feminista se configurou também de forma distinta: a crítica inglesa, essencialmente marxista, salientava a opressão; a crítica francesa, de cunho psicanalítico, enfatizava a repressão; a crítica americana, predominantemente textual, focalizava a expressão. Mas o fato importante é que todas se tornaram ginocêntricas e se empenharam para encontrar um espaço fora dos estereótipos que relacionavam as mulheres à inferioridade, à subordinação e à incompletude em relação aos homens. Retrocedendo alguns séculos, talvez possamos compreender como fora construída, ao longo da história, essa imagem.

3 Pizan e os campos movediços

O ano é 1405 e Paris é a cidade. Christine de Pizan, autora e personagem narradora de *A cidade das damas*, enclausurada em sua saleta de leitura relendo Mateolo², deixa-se absorver por inquietantes questionamentos, incomuns às mulheres na sociedade parisiense que recém adentrava o século XV:

[p]erguntava-me quais poderiam ser as causas e motivos que levavam tantos homens, clérigos e outros, a maldizerem as mulheres e a condenarem suas condutas em palavras, tratados e escritos. [...] Com essas coisas sempre voltando insistentemente à minha mente, pus-me a refletir sobre a minha conduta, eu, que nasci mulher; pensei também em outras tantas mulheres com quem convivi, tanto as princesas e grandes damas, quanto as de média e pequena condições, que quiseram confiar-me suas opiniões secretas e íntimas; procurei examinar na minha alma e consciência se o testemunho reunido de tantos homens ilustres poderia ser verdadeiro. Mas, pelo meu conhecimento e experiência e por mais que examinasse profundamente a questão, não conseguia compreender, nem admitir a legitimidade de tal julgamento sobre a natureza e a conduta das mulheres. [...] Era quase impossível encontrar um texto moral, qualquer que fosse o autor, sem que antes de terminar a leitura não me deparasse com algum capítulo ou cláusula repreendendo as mulheres. Apenas esta razão, breve e simples, me fazia concluir que tudo isso havia de ser verdade, apesar do meu intelecto, na sua ingenuidade e ignorância, não conseguir reconhecer esses grandes defeitos em mim própria nem nas outras mulheres. Deste modo, eu estava me baseando mais no julgamento de outrem do que no que eu mesma acreditava e conhecia. [...] No final, cheguei à conclusão de que, criando a mulher, Deus tinha feito uma coisa bastante vil. [...] Completamente absorta por essas reflexões, fui inundada pelo desgosto e a consternação, desprezando-me a mim mesma e a todo o sexo feminino, como se tivéssemos sido geradas monstros pela natureza³ (PIZAN, 2006, p. 119-120).

Absorvida por esses pensamentos, a personagem Christine recebe a inesperada visita de três damas, mais tarde identificadas como Razão, Retidão e Justiça, alegorias empregadas pela autora Christine para representar a própria consciência e o incipiente senso crítico antimisógino que caracterizaria, *a posteriori*, sua poética. A primeira dama, a Razão, argumenta que tomar por verdadeiros os pressupostos masculinos sobre a índole má de todas as mulheres equivaleria a maldizer o útil fogo porque queima, e a

² Autor de *Les lamentations de Matheolus*, obra latina traduzida em francês por Jean Le Fevre de Resson, em 1274. A edição mais recente da obra data de 1992, publicada pela Editora Champion-Honoré.

³ A tese de doutorado *A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan, estudo e tradução*, de autoria de Luciana Eleonora de Freitas Calado, defendida em 2006 na Universidade Federal de Pernambuco, disponibiliza a única tradução da obra de Pizan para o português.

indispensável água porque afoga. Seria correto afirmar, de acordo com a Razão, que há, nas coisas, um lado bom e um lado ruim, e isso também se aplicaria a homens e mulheres. A segunda dama, a Retidão, afirma que há homens maus, mas também há homens excelentes, assim como as mulheres. Algumas são repletas de virtudes, outras nem tanto. O saber empírico, a convivência é que irá determinar as fraquezas e as virtudes de ambos os sexos. Para a terceira dama, a Justiça, é necessário que haja, entre as mulheres que viverão na Cidade das damas, igualdade e fraternidade, de modo que umas protejam e zelem pelas outras.

A visita das referidas damas a Christine tinha um objetivo específico: propor a construção de uma cidade, “a cidade das damas”, a qual seria organizada de acordo com as suas leis, um “território selvagem”, tomando emprestado o termo de Elaine Showalter, onde estariam protegidas da maledicência e do descaso masculinos.

Há uma razão ainda mais particular e mais importante para nossa vinda, que saberás através do nosso diálogo: deves saber que foi para afugentar do mundo este erro no qual caíste, para que as damas e outras mulheres merecedoras possam a partir de agora ter uma fortaleza aonde se retirem e se defendam contra tão numerosos agressores. As mulheres foram por tanto tempo abandonadas sem defesa, como um campo sem cercado, sem que nenhum herói viesse socorrê-las; e, no entanto, segundo a justiça, os homens nobres deveriam tomar a defesa delas. Mas, por negligência ou indiferença, aceitou-se que elas fossem maltratadas. [...] Mas, é chegada a hora de retirar essa causa justa das mãos dos Faraós, e é por isso que nos vês aqui, nós, as três damas, que, movidas pela piedade, viemos anunciar-te a construção de um edifício, construído como uma cidade fortificada, com excelentes fundamentos. Foste tu a escolhida para realizar, com nossa ajuda e conselhos, tal construção, onde habitarão todas as damas de renome, e mulheres louváveis, uma vez que os muros de nossa cidade serão fechados a todas aquelas desprovidas de virtudes (PIZAN, 2006, p. 125-126).

Mais adiante, referindo-se à construção da cidade, assim escreve Pizan:

Com minha mente fraca, não aprendi e não conheço a arte e as medidas, e ignoro o estudo teórico e a prática de construir. Mesmo admitindo que consiga estudar e aprender todas essas coisas, como encontrar nesse corpo frágil de mulher a força de empreender tal obra? (PIZAN, 2006, p. 130).

O que nos interessa destacar nesses fragmentos é o teor não mais utópico do que questionador dos escritos de Christine de Pizan. Articulada como resistência à produção literária da época, *A cidade das damas* pode ser entendida como uma utopia feminina em pleno século XV. Entretanto, ao avaliarmos a proposta de Pizan sob outra perspectiva, claro está que a escritora carrega as tintas no poder subversivo e transformador da literatura. Ao mesmo tempo em que uma cidade só de mulheres é algo impossível no mundo real, a ideia de Pizan consiste em um mundo construído sobre a terra fértil do Campo das Letras: “É nessa terra rica e fértil que será fundada a Cidade das Damas, lá onde se encontram tantos frutos e doces rios, lá onde a terra abunda em tantas coisas boas. Pega a enxada de tua inteligência e cava bem” (PIZAN, 2006, p. 131).

Nesse sentido, uma cidade das damas seria viável no eclético mundo imaginativo das letras, espaço privilegiado, segundo Heloisa Buarque de Hollanda, de “interrogação sobre a noção de ‘feminino’ sentida como o *locus* da ‘errância’, do ‘silêncio’, da ‘falta’” (HOLLANDA, 1994, p. 12-13).

Contextualizar Christine de Pizan dentro de seu campo de produção é indispensável para que possamos atribuir o devido valor à obra dessa italiana que, desde os primeiros anos de vida, viveu em Paris. De acordo com Luciana Eleonora de Freitas Calado,

Christine [...] seria a primeira mulher a exercer o ofício de escritora, como profissão e fonte de renda. E não só: a sua obra intitulada *La Cité des Dames*, escrita em 1405, permitiu distingui-la como precursora do feminismo moderno. A obra trata de temas como educação, igualdade e diferença entre os sexos, estupro, e introduz um tema novo no século XV: a importância de um espaço próprio para abrigar o processo da escrita, o “quarto só seu” de que nos fala Virgínia Woolf, cinco séculos mais tarde, em *A room of one's own* (CALADO, 2006, p. 12).

Christine de Pizan (Cristina de Pisano, em italiano) viveu entre os anos de 1364 e 1430. Nasceu em Veneza, mas mudou-se para Paris aos quatro anos de idade, ficando conhecida, como assinalou Calado, por ser a primeira mulher das letras francesas a viver de seu trabalho. O vasto repertório cultural de Pizan adveio das condições de vida de seu pai, o médico e astrólogo Tommaso di Benvenuto Pisano, conselheiro da República de Veneza que, em 1368, foi nomeado astrólogo, alquimista e físico da corte por Carlos V, rei da França. Christine, então, foi educada num ambiente favorável ao seu desenvolvimento intelectual, dentro do espírito humanista do início do Renascimento.

Viúva aos 26 anos e com três filhos, Christine de Pizan, contrariando os costumes da época que aconselhavam às viúvas um segundo matrimônio, resolve dedicar-se à literatura. As suas primeiras baladas, compiladas em *Le livre de cent balladés*, chamaram a atenção da corte e de alguns ricos mecenas. Tais escritos tinham um forte teor melancólico, estreitamente relacionados à viuvez da autora. Entretanto, com a maturidade, Pizan foi abandonando o saudosismo e a tristeza e adentrando o universo feminino para, por meio de seus escritos, questioná-lo. Segundo Calado,

[é] [...] a defesa da mulher que constitui o traço indicador da sua obra. [...] A luta contra a cultura misógina está presente desde *Epistre au Dieu d'Amour*, ao seu último livro, *Le Ditié de Jeanne d'Arc*, escrito em 1429, um ano antes da morte de Pizan. Obra louvável pela coragem em homenagear uma mulher que [...], lutando contra as injustiças do seu tempo [...], foi acusada de bruxaria e jogada viva à fogueira, dois anos depois de receber a homenagem de Christine de Pizan. Sua obra foi a primeira e única feita a Jeanne d'Arc enquanto viva (CALADO, 2006, p. 31).

É fundamental lembrarmos que, quando falamos em Christine de Pizan, não estamos no século XIX, da Revolução Industrial, muito menos no XX, de Simone de Beauvoir, mas no início do século XV da Idade Média. Daí a importância dessa obra única que, em um tempo que demonizava, considerava incapazes e queimava vivas as mulheres, respondeu à sociedade machista com a delicadeza de sua arte. Ao atribuímos à sociedade medieval um caráter misógino, é com base nos postulados de algumas importantes personalidades que o fazemos. No ano de 2007, em uma palestra intitulada “A questão feminina: gênero, identidade e direitos”⁴, a advogada, psicóloga e professora universitária Graça Belovleu, para uma plateia de juízes e promotores, trouxe inquietantes textos que revelavam perspectivas religiosas, biológicas, civis e culturais relacionados às mulheres. Assim lemos em alguns desses escritos:

⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JwJozjaFEWc>>. Acesso em: 18 out. 2014.

1) Leis de Manu (Livro Sagrado da Índia): “Mesmo que a conduta do marido seja censurável, mesmo que este se dê a outros amores, a mulher virtuosa deve reverenciá-lo como a um deus.”

2) Código de Hamurabi (Constituição Nacional da Babilônia, decretada pelo rei Hamurabi, século 17 a.C.): “Quando uma mulher tiver conduta desordenada e deixar de cumprir suas obrigações do lar, o marido pode submetê-la à escravidão. Esta servidão pode, inclusive, ser exercida na casa de um credor de seu marido e, durante o período em que durar, é lícito a ele (ao marido) contrair novo matrimônio.”

3) Confúcio (filósofo chinês, século V a.C.): “A mulher é o que há de mais corrupto e corruptível no mundo.”

4) Aristóteles (filósofo, guia intelectual e preceptor grego de Alexandre, o Grande, século IV a.C.): “A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens. A mulher é portanto, um homem inferior.”

5) Lutero (teólogo alemão, reformador protestante, século XVI): “O pior adorno que uma mulher pode querer usar é ser sábia.”

6) Henrique VIII (rei da Inglaterra, chefe da Igreja Anglicana, século XVI): “As crianças, os idiotas, os lunáticos e as mulheres não podem e não têm capacidade para efetuar negócios.”

7) Jean-Jacques Rousseau (escritor francês, um dos mentores da Revolução Francesa, século XVIII): “Enquanto houver homens sensatos sobre a terra, as mulheres intelectuais morrerão solteiras.”

8) Napoleão Bonaparte (imperador francês, século XIX): “As mulheres nada mais são do que máquinas de fazer filhos.”

9) Friedrich Hegel (filósofo e historiador alemão do século XIX): “A mulher pode ser educada, mas sua mente não é adequada às ciências mais elevadas, à filosofia e algumas das artes.”

As citações, as quais têm aqui um caráter ilustrativo, ratificam ao mesmo tempo em que explicam o primeiro fragmento de *A cidade das damas* aqui transcrito. A infinidade de questões que subjazem tanto aos escritos de Pizan quanto às citações de Belov – como a incapacidade, a bestialidade, a dependência e a inferioridade femininas – são pontos-chave para que possamos tentar compreender as ideologias que constituíram a mulher como um ser de segunda categoria. Simone de Beauvoir, em sua conhecidíssima obra *O segundo sexo*, assegura que

[e]ntre as mercês que Platão agradecia aos deuses, a maior se lhe afigurava o fato de ter sido criado livre e não escravo e, a seguir, o de ser homem e não mulher. Mas os homens não poderiam gozar plenamente esse privilégio, se não o houvessem considerado alicerçado no absoluto e na eternidade: de sua supremacia procuraram fazer um direito. “Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram seu próprio sexo, e os júris consultados transformaram as leis em princípios”, diz ainda Poulain de La Barre. Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios, como vimos pelas frases citadas de Aristóteles⁵ e Sto. Tomás⁶. Desde a Antiguidade, moralistas e

⁵ “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades. [...] Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”, diz Aristóteles (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

⁶ “A mulher é um homem incompleto, um ser ‘ocasional’”, diz Sto. Tomás (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

Segundo Beauvoir, a dependência e a subordinação da mulher em relação ao homem foram sempre fatores naturais, ou seja, não houve um fato que demarcasse historicamente o momento da cisão, sendo que essa condição “natural” desafia qualquer mudança de posicionamento. Uma situação que surge em um determinado momento, como os conflitos entre negros e brancos, proletariado e detentores do poder, judeus e antisemitas, oriunda de complexos processos sociais, econômicos e antropológicos, como exemplifica Beauvoir, é mais facilmente ultrapassada. No caso das mulheres, todavia,

[elas] vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens - pai ou marido - mais estreitamente do que às outras mulheres. Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas. O proletariado poderia propor-se o trucidamento da classe dirigente; um judeu, um negro fanático poderiam sonhar com possuir o segredo da bomba atômica e constituir uma humanidade inteiramente judaica ou inteiramente negra: mas mesmo em sonho a mulher não pode exterminar os homens. O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana (BEAUVOIR, 1970, p. 13).

Nesse sentido, desvencilhar-se das visões distorcidas, equivocadas e historicamente enraizadas sobre o feminino configurar-se-ia uma tarefa bastante difícil para uma escritora no século XV. Observamos, nos textos de Christine de Pizan, o ténue entrecruzamento entre as crenças apreendidas ao longo da vida e a nova perspectiva crítica do feminino que se mostrava à jovem escritora. Em *A cidade das damas*, o posicionamento masculino em relação ao feminino é questionado, mas não subvertido, pois Pizan, contaminada ela própria pela imagem demoníaca e bestial da mulher, não consegue eximir-se ou afastar-se, mesmo que simbolicamente, desse contexto. Seus pilares social, cultural, linguístico e psicológico aí se inserem. Em outros termos, a cultura e a força devastadora da sociedade se sobrepõem ao indivíduo em *A cidade das damas*.

Alguns elementos do texto de Pizan ratificam tal assertiva, especialmente em um fragmento já citado, no qual destacamos algumas expressões relativas às mulheres que seriam bem-vindas na cidade das damas: “mulheres merecedoras”, “damas de renome”, “mulheres louváveis”, “os muros de nossa cidade serão fechados a todas aquelas desprovidas de virtudes.” Tais palavras, aparentemente privadas de outra significação implícita, encontram-se impregnadas do machismo paradoxalmente questionado por Pizan. Quem seriam as mulheres merecedoras e louváveis, aquelas que teriam acesso ao mundo das damas? E o contrário: o que caracterizaria uma mulher sem virtudes? Ou, indo além: quais virtudes a mulher deveria ter para entrar no paraíso feminino imaginado por Pizan? As respostas talvez estejam no final do livro, onde lemos:

[e] vós, senhoras casadas, não indignai-vos de serem assim submissas, pois nem sempre é do interesse das pessoas serem livres. [...] Que aquelas que tiverem maridos calmos, bons e sábios, e que as amem de verdade, agradeçam ao Senhor de tal benefício, que não é pequeno, mas o maior bem que elas poderiam receber nesta terra; que estejam pronto a servi-los, amá-los e cuidar deles, com toda lealdade nos corações, como devem, vivendo em paz e pedindo a Deus que os proteja. E as que tiverem maridos nem bons, nem maus, mesmo assim devem louvar a Deus de não terem tido dos piores, e fazerem todo esforço possível para amenizar suas perversidades e viverem em paz, de acordo

com suas condições. E aquelas que tiveram maridos perversos, traidores, e malvados devem fazer todo o possível para suportá-los, tirá-los de sua felonia, conduzi-los, se conseguirem, a uma vida razoável e tranquila. E, se apesar de todos seus esforços, o marido se obstinar no mal, sua alma será recompensada por essa corajosa paciência, e todos a louvarão e tomarão sua defesa. Assim, minhas Damas, sejais humildes e pacientes. [...] E entre vós, jovens virgens, sede puras, simples e discretas. [...] Que vossos olhos fiquem baixos, e poucas palavras em vossas bocas; que o pudor inspire todos vossos atos. Armai-vos de virtude e de coragem contra todas as armadilhas dos sedutores e fugi de suas companhias. [...] Enfim, todas vós, senhoras, damas de grande, média e humilde condição, antes de qualquer coisa, tende cuidado e sedes vigilantes para vos defender contra os inimigos de vossa honra e de vossa virtude. Vede, minhas damas, como de toda parte esses homens vos acusam dos piores defeitos! Desmascarai suas imposturas pelo brilho de vossa virtude; fazendo o bem, convencei que todas essas calúnias são mentiras (PIZAN, 2006, p. 356-357).

Constatamos, portanto, que o “modelo” do feminino difundido desde o início dos tempos estava profundamente arraigado até mesmo na consciência das mulheres mais intelectualizadas. Vemos em Christine de Pizan as primeiras fagulhas de um movimento que transformaria a sociedade a partir do século XIX, mas que, no XV, praticamente inexistia. Pizan cresceu e viveu em meio aos mitos, às lendas que povoavam o imaginário de homens e mulheres, os quais também davam passos incipientes nas questões científicas. Sabemos que foi somente no século XIX, com a invenção do microscópio, que alguns desses mitos sobre a reprodução e o funcionamento do corpo humano, por exemplo, foram abandonados. Antes disso, acreditava-se que a mulher servia apenas para carregar e alimentar a semente viva, em atitude completamente passiva. Vejamos o que a pensadora francesa Simone de Beauvoir escreve sobre esse tema:

Aristóteles imagina que o feto é produzido pelo encontro do espermatozoide com o mênstruo; nessa simbiose a mulher fornece apenas uma matéria passiva, sendo o princípio masculino, força, atividade, movimento, vida. É essa também a doutrina de Hipócrates, que reconhece duas espécies de sêmens: um fraco ou feminino, e outro forte, masculino. A teoria aristotélica perpetuou-se através de toda a Idade Média e até a época moderna. No fim do século XVII, Harvey, sacrificando cervas após a cobertura, encontrou, nas trompas uterinas, vesículas que imaginou serem ovos, mas que, na realidade, eram embriões. O dinamarquês Stenon deu o nome de ovários às glândulas genitais femininas, que se denominavam, até então, “testículos femininos”, e observou na superfície delas a existência de vesículas que Graaf, em 1677, identificou erroneamente como ovo e às quais deu o nome (BEAUVOIR, 1970, p. 30).

Outras histórias, como a de cientistas que diziam ter visto homúnculos saindo de dentro dos espermatozoides, já em formato definitivo, eram comuns. “A mulher limitava-se, pois, nessas hipóteses, a nutrir um princípio vivo ativo e já perfeitamente constituído” (BEAUVOIR, 1970, p. 30).

De acordo com essa linha de pensamento, a condição subalterna da mulher se dava inclusive nos aspectos biológicos, conferindo ao homem o papel principal no processo reprodutivo. A menção ao aspecto biológico feminino adquire fundamental importância se pensarmos que é por meio do corpo e da maneira como nos relacionamos com ele que interagimos no mundo. Esse, o corpo, se apresenta de modo inteiramente diferente conforme seja apreendido por um grupo ou por outro, em um determinado contexto ou em outro. Segundo Simone de Beauvoir (1970), é necessário que se repudie a ideia de

que as diferenças biológicas definem o destino da mulher, como assevera Merleau-Ponty, citado por ela em *O segundo sexo*: “o homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica” (BEAUVOIR, 1970, p. 54). Para Beauvoir, é inegável que os homens têm mais força física, são mais estáveis no que se refere aos hormônios, possuem músculos mais desenvolvidos. Entretanto, essas diferenças não têm sentido em si mesmas, pois a fraqueza só se revela quando a mulher se propõe a medi-la. Em outros termos, quando a força corporal não é exigida, as diferenças se anulam: “onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida” (BEAUVOIR, 1970, p. 55).

Nesse sentido, perguntamo-nos incessantemente: por que, então, a mulher foi considerada inferior? A resposta, já sabemos, foi histórica e culturalmente construída. De volta para *A cidade das damas*, Pizan não conclui sua narrativa manifestando-se radicalmente contra o patriarcalismo ou o machismo, ou tentando medir forças biológicas ou simbólicas com o sexo oposto. Não obstante, conservando sua postura doce e delicada, consagra-se como defensora das mulheres de seu tempo em um sentido inverso ao que conhecemos hoje, quando o embate entre os sexos acontece de maneira direta. Ao propor um determinado padrão de comportamento, a escritora deixa claro que, naquele momento, a proteção era a melhor forma de ataque. Dessa maneira, pode-se dizer que o engajamento de Christine de Pizan estava em sua sutileza ao lançar perguntas no ar, deixar que os ventos as levassem e as soprassem suavemente nos ouvidos de uma ou outra dama desatenta, provocando arrepios e dúvidas, dando asas ao sonho utópico de uma sociedade feminina.

Elaine Showalter, uma das principais teóricas sobre o feminismo nos Estados Unidos, desenvolveu uma ideia sobre a cultura feminina “enquanto uma experiência coletiva no interior da cultura *lato sensu*” (SHOWALTER, 1994, p. 12), predominantemente masculina. Em outros termos, a cultura da mulher se insere em uma esfera cultural maior, a dos homens.

Em “A crítica feminista no território selvagem”, Showalter argumenta que, até os anos 70 do século XX, a crítica feminista permanecia órfã de uma base teórica que desse conta da abrangência e da especificidade das metodologias e ideologias que se autodenominavam “feministas”. Cada segmento – as mulheres negras, as historiadoras literárias, as marxistas, as freudianas e lacanianas – reivindicava seu espaço de maneira isolada, postura que representou um obstáculo para a construção de uma crítica feminista objetiva e coerente. O posicionamento de Showalter ratifica a ideia de Simone de Beauvoir de que as mulheres não tinham nem um passado, nem uma religião, nem uma história única. Entre elas não havia um “nós”, um senso de solidariedade que as unisse e as fortificasse. “Os homens dizem ‘as mulheres’ e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito” (BEAUVOIR, 1970, p. 13). Todavia, segundo Showalter,

[...] o que parecia um impasse teórico era, na verdade, uma fase evolutiva. A ética do despertar foi sucedida, pelo menos nas universidades, por um segundo estágio, caracterizado pela ansiedade em relação ao isolamento da crítica feminista de uma comunidade crítica cada vez mais teórica nos seus interesses e indiferente à escrita realizada pelas mulheres. A questão de como a crítica feminista deveria definir-se em relação às novas teorias e críticos causou debates acirrados na Europa e nos Estados Unidos (SHOWALTER, 1994, p. 25).

Para Showalter, existem duas formas de crítica feminista:

A primeira [...] é ideológica, diz respeito à feminista como leitora e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura, as omissões, falsos juízos sobre as mulheres na crítica [...] (SHOWALTER, 1994, p. 25-26).

A segunda pode ser uma ação intelectual libertadora que vai além da constatação de que a mulher é excluída e estereotipada. De acordo com essa perspectiva, o feminismo, enquanto metodologia investigativa, atinge um nível mais elevado de reflexão acerca da realidade, da autoimagem feminina e da possibilidade de mudar o *status quo*. Essa diferenciação entre as formas de crítica feminista é facilmente observável se retomarmos os escritos de Christine de Pizan em *A cidade das damas*, obra na qual não ocorreu a transposição do primeiro nível para o segundo, ou, em outras palavras, o texto se manteve no nível da constatação, não atingindo o segundo estágio, o da ação transformadora. A escritora deu-se conta de que a mulher era vista como um ser amaldiçoado e inferiorizado, o que representou um avanço grandioso em termos literários, sociais e culturais, tendo em vista seu contexto de produção, mas não propôs nenhuma forma de transgressão a essa realidade. Ou seja, seu senso crítico não foi suficientemente forte para ultrapassar as barreiras culturais de um tempo em que a subordinação feminina era a única possibilidade. Pizan não merece, contudo, descrédito algum por conta disso, pois sua poética é fruto de uma cultura determinada e de um contexto específico.

Em “A crítica feminista no território selvagem”, trabalho de pesquisa que se assemelha ao proposto por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*⁷, Elaine Showalter aponta quatro modelos de diferença para as teorias da escrita das mulheres: biológico, linguístico, psicanalítico e cultural. Cada um deles representa

o esforço para definir e diferenciar as qualidades da mulher escritora e do texto da mulher; cada modelo representa também uma escola de crítica feminista ginocêntrica, com seus textos, estilos e métodos preferidos (SHOWALTER, 1994, p. 31-32).

Interessa-nos, em especial, a relação estabelecida entre a escrita da mulher e a cultura da mulher, teoria que incorpora percepções sobre o corpo, a linguagem e a psique da mulher, interpretadas de acordo com o ambiente cultural de produção da obra literária. Após afirmar que as mulheres têm sido deixadas de fora dos relatos históricos, centrados no homem, Showalter cita o questionamento de Gerda Lerner em *The challenge of women's history*: “como seria a história se vista através dos olhos das mulheres e ordenada pelos valores que elas definem?” (SHOWALTER, 1994, p. 45). Segundo Showalter, os historiadores separaram papéis, gostos, atividades e comportamentos adequados ao sexo masculino e ao sexo feminino, com pouca ou nenhuma sobreposição. Em outras palavras, às mulheres o que é para as mulheres, aos homens o que é para os homens. Todavia, como a sociedade sempre foi predominantemente masculina, as mulheres vivem uma dualidade cultural: inseridas dentro da cultura geral masculina, vivenciam, ao mesmo tempo, uma cultura exclusivamente das mulheres, desconhecida para os homens. É justamente essa zona desconhecida que Showalter denomina “território selvagem”.

⁷ Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir discute pontos de vista da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico acerca da mulher.

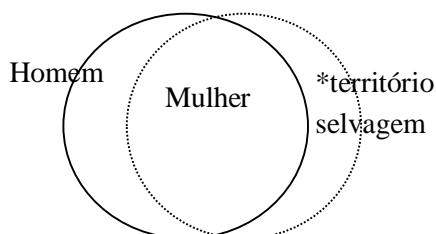
De acordo com o modelo vitoriano descrito por Showalter, no qual a esfera feminina é sustentada pela masculina, há uma separação entre essas esferas, ao mesmo tempo em que ambas se complementam. Sob esse viés, mesmo inseridas em uma cultura predominantemente masculina, as mulheres redefinem sua conduta, seus valores e objetivos em um ponto de vista centrado no feminino.

Esse modelo de esferas separadas, mas complementares, foi visto por algumas historiadoras feministas como parte de um processo evolutivo para as mulheres em termos emancipatórios, desde que a cultura feminina não fosse mais vista como subcultura, mas entendida como complementar à cultura masculina. Não obstante, outra perspectiva das esferas culturais é trazida por Showalter: a dos antropólogos de Oxford, Shirley e Edwin Ardener, para quem

um modelo da situação cultural das mulheres é crucial para que se compreenda tanto como são percebidas pelo grupo dominante quanto como percebem-se a si mesmas e aos outros. [...] No passado, a experiência feminina que não pudesse ser acomodada pelos modelos androcêntricos era tratada como desvio ou simplesmente ignorada (SHOWALTER, 1994, p. 47).

Nesse sentido, as observações acerca da condição feminina constituíam um processo centrípeto, ou seja, de fora para dentro, o que caracterizava sua imperfeição. Os Ardener alertaram para o fato de que as mulheres são um grupo silenciado que, ao tomar consciência disso e tentar transgredir o *status quo*, encontra-se limitado pela linguagem, determinada pelo grupo dominante. Como, então, as mulheres se expressam? Para Shirley e Edwin Ardener, através de rituais e da arte, como propôs Christine de Pizan em *A cidade das damas*.

A relação entre o masculino e o feminino é representada da seguinte forma nas esferas dos Ardener:



Diferentemente do modelo vitoriano, aqui os círculos são intersecutivos. Existe uma grande zona que é comum a homens e mulheres; mas há, também, uma zona feminina que escapa ao território masculino: o território selvagem. Especialmente falando, como assevera Showalter, essa é uma área restrita às mulheres, proibida para os homens; experimentalmente, seria regida pelo estilo de vida feminino, diferente em relação ao homem; e, metafisicamente falando, o território selvagem é sempre imaginário do ponto de vista masculino, já que foge do círculo da estrutura dominante conhecida pelos homens. É nesse espaço desconhecido para os homens que, segundo algumas críticas feministas, estaria a base teórica da diferença da mulher, o lugar da linguagem feminina revolucionária capaz de transgredir os limites falocêntricos impostos e falar a seu modo. Em outras palavras, “fazer o silêncio falar” (SHOWALTER, 1994, p. 49), como no sonho de independência das amazonas, frequentemente imaginado pelas literaturas inglesa e

americana, e o de Christine de Pizan, em *A cidade das damas*. De acordo com Elaine Showalter,

[e]stas fantasias de um enclave idílico representam um fenômeno que a crítica feminista deve reconhecer na história da escrita das mulheres. Mas devemos também compreender que não pode haver escrita ou crítica totalmente fora da estrutura dominante; nenhuma publicação é totalmente independente das pressões econômicas e políticas da sociedade dominada pelos homens. O conceito do texto da mulher na zona selvagem é um jogo de abstração: na realidade à qual devemos nos dirigir como críticos, a escrita das mulheres é um “discurso de duas vozes” que personifica sempre as heranças social, literária e cultural tanto do silenciado quanto do dominante. Já que a maioria das críticas feministas são também escritoras, dividimos esta herança precária; cada passo dado pela crítica feminista em direção à definição da escrita das mulheres é, da mesma forma, um passo em direção à autocompreensão; cada avaliação de uma cultura literária e de uma tradição literária femininas tem uma significação paralela para nosso lugar na história e na tradição crítica (SHOWALTER, 1994, p. 50, grifos da autora).

Nessa linha, o território selvagem das mulheres adquire um caráter mais de fronteira do que de isolamento, em que questões históricas e culturais precisam ser levadas em conta na tentativa de estabelecer diferenças entre a escrita dos homens e a das mulheres, atentando para uma série de variáveis que interferem não somente nos escritos femininos em relação aos masculinos, mas também nos de muitos outros grupos silenciados em relação aos opressores. Tendo em vista que a historiografia e a periodização literária foram definidas com base no discurso masculino, a história da escrita das mulheres foi renegada, se não suprimida, deixando brechas que se interpõem ao pleno conhecimento e desenvolvimento do gênero. Ria Lemaire, em “Repensando a história literária”, pontua que a história literária, da forma como vem sendo escrita, em muito se assemelha ao modelo da genealogia nas sociedades patriarcais do passado, em que tanto a sucessão cronológica de guerreiros heroicos quanto a sucessão de escritores brilhantes eliminavam as mulheres ou as tratavam como “casos excepcionais, mostrando que, em assuntos de homem, não há espaço para mulheres ‘normais’” (LEMAIRE, 1994, p.58, grifos da autora).

Dessa forma, a genealogia e a história literária criaram uma ilusão de uniformidade, de história única, de uma só perspectiva, contaminadas por uma visão masculina da realidade. Assim sendo,

uma crítica ginocêntrica iria [...] situar as escritoras com respeito às variáveis de cultura literária, tais como os modos de produção e distribuição; as relações entre autor e público, as relações entre arte de elite e arte popular, e as hierarquias de gênero (SHOWALTER, 1994, p. 51).

Ao abordar a desconstrução do mito da literatura única, Lemaire aposta na historiografia literária feminista como perspectiva inovadora que demanda três atividades distintas: a desconstrução da história literária tradicional como parte do discurso das ciências humanas; a reconstrução das tradições da cultura feminista marginalizada; a construção de uma nova história literária como produto de diversos sistemas socioculturais inter-relacionados, marcados pelas relações de gênero. Nessa linha, o fortalecimento de uma historiografia incluindo as mulheres partiria de um novo conjunto de questões que desconstruiriam as noções estabelecidas, que subverteriam as interpretações dominantes e que alterariam os paradigmas das ciências humanas, as quais

passariam a considerar antes as diferenças entre homens e mulheres, depois as generalizações que nos aloca todos no grande grupo (homogêneo) dos seres humanos.

Após concluir que não há, de fato, distinções biológicas, linguísticas ou psicanalíticas que diferenciem os textos de homens e mulheres, Elaine Showalter carrega as tintas de sua análise no aspecto cultural da escritura feminina, enfatizando que o problema não está na existência de uma linguagem das mulheres, mas na possibilidade de esse discurso ser ouvido. A diferença da prática literária das mulheres deve ser baseada no corpo de sua escrita, e não na escrita de seu corpo. A distinção da escrita das mulheres, nesse sentido, só pode ser entendida se forem levadas em conta as relações culturais historicamente construídas. Uma crítica ginocêntrica eficaz deve, primeiramente, delimitar o *locus* cultural preciso da identidade literária feminina e considerar, da mesma forma, as forças que definem os campos individuais de cada escritora. Segundo Showalter,

[u]ma teoria cultural reconhece a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras: classe, raça, nacionalidade e história são determinantes literários tão significativos quanto gênero. Não obstante, a cultura das mulheres forma uma experiência coletiva dentro do todo cultural, uma experiência que liga as escritoras umas às outras no tempo e no espaço (SHOWALTER, 1994, p. 44).

Além disso, a crítica ginocêntrica deve situar as escritoras dentro das variáveis do campo literário, como os modos de produção e distribuição, relações entre autor e público, arte de elite a arte popular, hierarquias de gênero, sem olvidar o fato de que o discurso feminino tem duas vozes que contém, em sua substância, uma voz dominante e outra dominada. O diálogo entre essas duas vozes é, pois, inevitável para que obstáculos sejam removidos e paradigmas quebrados, com o intuito de consolidar uma nova e vigorosa crítica feminista, com base em uma escrita da mulher que funcione, decisivamente, dentro do discurso masculino, mas de maneira independente, desconstruindo-o para (re)escrever aquilo que não foi dito.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, A. P. Literatura comparada ontem e hoje: campo epistemológico de ansiedades e incertezas. *Organon*, revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 27, n. 52, 2012.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- CALADO, L. E. F. *A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*. 2006. 371f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- CARVALHAL, T. *Literatura comparada*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ETIEMBLE, R. Crise na Literatura Comparada? In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLLANDA, H. B. de. (Org.). *Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- JEUNE, S. Literatura geral e Literatura Comparada. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEMAIRE, R. Repensando a história literária. Trad. Heloisa Buarque de Hollanda. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). *Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- PIZAN, C. *A cidade das damas*. Trad. L. E. de F. Calado. In: CALADO, L.E.F. *A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*. 2006. 371f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- POSNETT, H. M. O método comparativo e a literatura. Trad. Sonia Zyngier. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- REMAK, H. Literatura comparada: definição e função. Trad. Monique Balbuena. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SAVIANI, D. História comparada da educação: algumas aproximações. *História da Educação*, Pelotas (RS), ASPHE/UFPEL, n. 10, p. 5-16, 2001.
- SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. Trad. Deise Amaral. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). *Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- TEXTE, J. Os estudos de literatura comparada no estrangeiro e na França. Trad. Maria Luiza Berwanger da Silva. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VATTIMO, G. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- VOLOBUEF, K. *Frestas e arestas*. A prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- WELLEK, W. A crise da literatura comparada. Trad. Maria Lúcia Rocha Coutinho. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- _____. O nome e a natureza da Literatura Comparada. Trad. Marta de Senna. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.) *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ZHIRMUNSKY, V. M. Sobre o estudo da literatura comparada. Trad. Ruth Persice Nogueira. In: CARVALHAL, T.; COUTINHO, E. F. (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.